

Jornal da

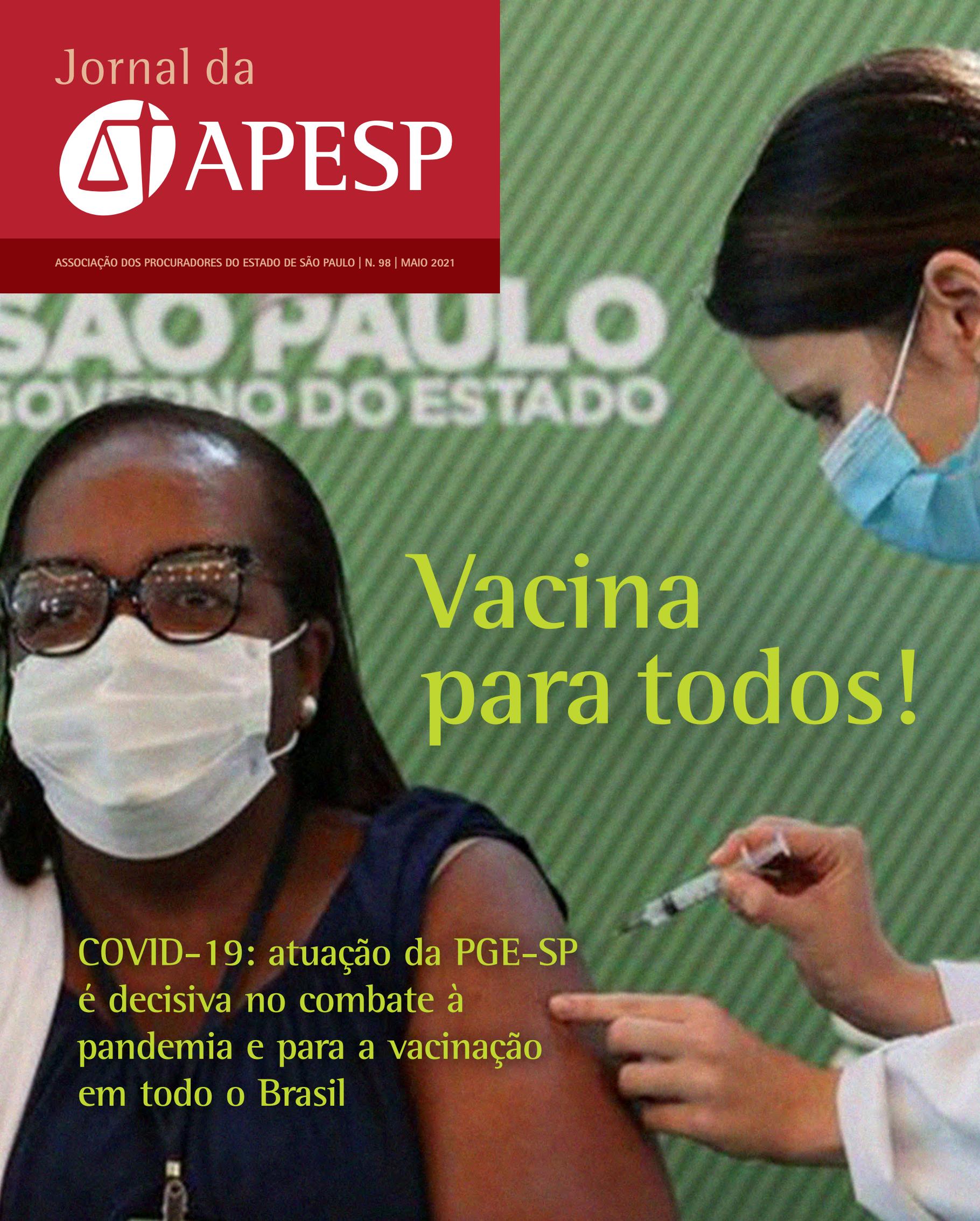


ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO | N. 98 | MAIO 2021

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Vacina para todos!

COVID-19: atuação da PGE-SP
é decisiva no combate à
pandemia e para a vacinação
em todo o Brasil



A PGE-SP é um orgulho para o Brasil e deve ser valorizada!

A pandemia da COVID-19 reafirmou a importância do serviço público e o papel essencial de seus servidores públicos, principalmente daquele grande contingente que atua na linha de frente e é responsável pela assistência direta aos pacientes acometidos pela doença e pelo desenvolvimento das pesquisas que irão nos livrar desse tormento.

Os servidores públicos nunca estiveram tão presentes na vida social e na agenda política como nos últimos quatorze meses. De uma hora para outra, vários nomes e rostos de pessoas ligadas a instituições públicas tornaram-se amplamente conhecidos do grande público e quase onipresentes nos meios de comunicação.

Para que esses trabalhadores, reconhecidos hoje como heróis, possam se dedicar à nobre missão de salvar vidas, um outro grupo grande de servidores atua arduamente nos bastidores para prover as condições materiais necessárias para o enfrentamento da pandemia. Profissionais que tiveram que se adaptar a um novo cenário que exige respostas rápidas e efetivas, sem as quais essa guerra jamais seria vencida.

O Jornal da APESP que você tem em “mãos” mostra um pouco da atuação dedicada e abnegada dos membros da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo que, muitas vezes, não é dimensionada pelos números frios das estatísticas.

Desde a garantia da política de distanciamento social, passando pela busca de recursos financeiros para o Estado, compra de equipamentos e até na data do início da vacinação no Brasil, tudo passou pelas mãos firmes e competentes das Procuradoras e Procuradores do Estado de São Paulo. Um orgulho para todos nós!

O trabalho na Consultoria Jurídica e as vitórias no Judiciário possibilitaram finalmente que nossa instituição conseguisse “furar” a bolha e se mostrar para a sociedade brasileira em matérias, reportagens e entrevistas nos principais veículos de imprensa. Nunca a PGE-SP esteve tão em evidência quanto agora.

Essa importância adquirida pelos servidores públicos contrasta com o interesse do governo federal e de parte do Congresso Nacional de aprovar uma Reforma Administrativa (PEC 32/2020) de viés absolutamente fiscalista e que traria grandes retrocessos à sociedade, precarizando o serviço público e aumentando o espaço para o apadrinhamento político. O sinal de alerta já foi dado. Nesse sentido, importante a entrevista publicada nessa edição com o Deputado Federal Professor Israel Batista, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil).

A aprovação da Reforma Administrativa impactaria muito o serviço público brasileiro. Com base em dados falsos ou exagerados e muita desinformação, a PEC 32 implicaria desmonte do serviço público sonhado pela Constituição de 1988, ou seja, meritocrático, profissionalizado e sujeito a princípios estruturantes.

Nossa força está na união das carreiras em uma atuação organizada e eficiente no Congresso Nacional. A carreira confia na APESP. A expressiva aprovação de nossa atuação legislativa (considerada excelente/ótimo/bom por 89% da carreira), revelada nessa edição do Jornal da APESP, dá confiança e responsabilidade de trabalhar ainda mais para evitar os retrocessos da proposta.

Uma boa leitura!

Fabrizio de Lima Pieroni
PRESIDENTE DA APESP



DIRETORIA GESTÃO 2020 | 2021

PRESIDENTE
Fabrizio de Lima Pieroni

VICE-PRESIDENTE
Monica Maria Russo Zingaro Ferreira Lima

SECRETÁRIO-GERAL
José Luiz Souza de Moraes

DIRETORA FINANCEIRA
Monica Maria Petri

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL
Rosely Sucena Pastore

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA E CONVÊNIO
Patrícia Ulson Pizarro Werner

DIRETORA DE ESPORTES E PATRIMÔNIO
Bruna Helena Alvarez F. Oliveira

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
Marialice Dias Gonçalves

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS
Amílcar Aquino Navarro

DIRETORA DO INTERIOR E DEMAIS UNIDADES FORA DA CAPITAL
Clara Angelica do Carmo Lima

DIRETORA DE PRERROGATIVAS
Roberta Callijão Boareto

CONSELHO ASSESSOR
Carlos José Teixeira de Toledo
Mara Christina Faiwchow Estefam
Marcelo José Magalhães Bonizzi
Marcos Fabio De Oliveira Nusdeo
Maria Regina Fava Focaccia
Mirna Cianci

CONSELHO FISCAL
Eduardo Bordini Novato
Luis Claudio Ferreira Cantanhede
Vanderlei Ferreira De Lima

PRODUÇÃO
DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
Marialice Dias Gonçalves

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS
Cristiano Tsonis
(jornalista responsável – MTB 30.748)
C Tsonis Produção Editorial ME

FOTOS
Governo do Estado de SP, Pixabay,
Agência Câmara, Acervo APESP

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. ACESSO A VERSÃO ONLINE
DO JORNAL DA APESP NO SITE WWW.APESP.ORG.BR.

FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO EM 10/05/2021



Enfermeira Mônica Calazans: primeira brasileira a ser imunizada contra a COVID-19.

COVID-19: atuação da PGE-SP é decisiva no combate à pandemia e para a vacinação em todo o Brasil

A pandemia da Covid-19 tem evidenciado diariamente a importância dos servidores públicos para o funcionamento do país. Em São Paulo, a Procuradoria Geral do Estado, com uma pronta e eficiente atuação, orientou juridicamente o Governo paulista para que a vacinação no Brasil tivesse início, garantiu o repasse de recursos pelo Ministério da Saúde para leitos de UTI e reverteu o confisco pela União de seringas e agulhas adquiridas pelo Estado – dentre outras expressivas vitórias.

Em São Paulo, a primeira brasileira vacinada!

Domingo, 17 de janeiro. Hospital das Clínicas. Em um momento histórico, a enfermeira Mônica Calazans, que trabalha na UTI do Instituto de Infectologia Emílio Ribas, foi a primeira brasileira a ser vacinada contra a COVID-19.

A aplicação da primeira dose da Coronavac, desenvolvida no Brasil pelo Instituto Butantan (leia *box* na página 6) em parceria com farmacêutica chinesa Sinovac, foi rápida, mas o gesto simples embutiu um trabalho sério e competente de diversas categorias de servidores públicos de todos os setores.

Na área jurídica, a PGE-SP atuou decisivamente em todo o processo que culminou na tão esperada “picada” que a enfermeira Mônica pôde receber e que está beneficiando milhões de brasileiros, segundo estudo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) em parceria com a Universidade de Harvard.



Procuradora Geral do Estado de SP, Lia Porto, participa da entrevista coletiva no HC-SP.

Inclusive, foi a Procuradoria que deu a última palavra sobre a viabilidade jurídica do ato. “A PGE-SP estudou todas as leis, o plano nacional de imunizações e o contrato com o Ministério da Saúde. Não vimos nenhum óbice jurídico para iniciar a vacinação hoje (17/1)”, destacou a Dra. Lia Porto durante entrevista coletiva da equipe do Governador João Doria no Hospital das Clínicas.

Atuação da PGE-SP

Os Procuradores do Estado das áreas consultiva e contenciosa (geral e tributária), em *home office* ou nas repartições, desde o início da pandemia, trabalharam arduamente para garantir a efetivação do Plano São Paulo, a aquisição de insumos e recursos à implementação de políticas públicas de saúde, educação e segurança.

Contencioso Geral

A área do Contencioso Geral obteve vitórias no STF e TJ-SP, garantindo receitas importantes para o combate à COVID-19, que representou o acréscimo de 3 mil ações judiciais acompanhados pelas Unidades da Capital, Regionais e Brasília, em temas diversos: interrupção da circulação em rodovias, a política de quarentena, a política de afastamento de servidores públicos, a regulação do fornecimento de gás, a transferência e visitação de presos, o acesso à informação, a política de abastecimento de água, o programa federativo de combate à pandemia, o fornecimento de leitos de UTI e o sistema de monitoramento inteligente

O primeiro destaque foi a decisão do Ministro Alexandre de Moraes, em 22/3/2020, para suspender a dívida de São Paulo com a União por seis meses, garantindo um valor de R\$ 7,2 bilhões para utilização na área da saúde.

Em 7/1/2021, após o Ministério da Saúde requisitar que todo o estoque de seringas e agulhas compradas pelo governo do Estado de SP fosse entregue à União, a PGE-SP ingressou com uma ação no STF para reverter

a determinação do Governo Federal. O Ministro Ricardo Lewandowski acolheu a tese da Procuradoria, em sede de liminar, mantendo os insumos destinados à execução do plano estadual de imunização.

Nos dias que antecederam o início da vacinação, a Procuradoria estava de prontidão para entrar com uma ação no STF para contestar a requisição pelo Ministério da Saúde das milhões de doses da Coronavac. Felizmente, a solução foi resolvida administrativamente e o Estado de São Paulo ficou com o percentual garantido pelo Plano Nacional de Imunizações (PNI).

Em 28/2/2021, a Ministra do STF, Rosa Weber, determinou que o Ministério da Saúde mantivesse o custeio de leitos de UTI destinados a pacientes com COVID-19 em São Paulo. A decisão, em sede de liminar na ação que a PGE-SP ingressou em 10/2/2021, garantiu o repasse de recursos pelo Governo Federal de 3258 leitos de UTI para o Estado de São Paulo.

Contencioso Tributário Fiscal

A área do Contencioso Tributário-Fiscal atuou intensamente em ações que pleitearam a interrupção do pagamento de tributos, garantindo o pagamento de tributos estaduais – especialmente o ICMS.

Entre fevereiro e abril de 2020, foram ajuizados no TJ-SP 436 mandados de segurança com tal propósito, sendo que o Estado conseguiu liminares em 85% dos casos.

No STF, A Procuradoria obteve o indeferimento de liminar no mandado de segurança coletivo impetrado por FIESP/CIESP, evitando-se um prejuízo de R\$ 16 bilhões na arrecadação do Estado.

Consultoria Geral

A área da Consultoria Jurídica atuou intensamente para viabilizar o cumprimento das medidas administrativas para atender às situações extraordinárias geradas pela emergência em saúde pública. Foi necessário dar soluções para alterar uma série de contratos e convênios em



Enfermeira Mônica Calazans mostra o comprovante de vacinação contra a COVID-19.

Vanuzia Costa Santos, moradora da aldeia multiétnica F ilhos Dessa Terra, foi a primeira indígena do Brasil a se vacinar contra a COVID-19.

andamento que tiveram de ser suspensos diante da abrupta mudança de rumos das ações de saúde e, ao mesmo tempo, criar caminhos para atender com celeridade inédita as medidas necessárias no enfrentamento da Covid-19.

Todas as áreas de atuação do Estado foram impactadas duramente e necessitaram da pronta atuação dos Procuradores do Estado que, de forma coordenada, estão desde o início do processo participando de reuniões, plantões, estudando e emitindo pareceres, de forma presencial e em *home office*, sempre com o fim de garantir a construção de soluções jurídicas que garantam a preservação do interesse público e o respeito aos princípios constitucionais.

Somente na área da Consultoria Jurídica da Saúde foram emitidos mais 300 (trezentos) pareceres, sendo vários com força de parecer referencial, válidos para todos os casos similares no âmbito da gestão estadual do SUS e com ampla gama de temas, desde a criação dos hospitais de campanha, a compra de insumos, com luvas, álcool gel, máscaras, seringas, agulhas, incluindo a gestão de recursos humanos, até a formatação dos contratos na área de ciência, tecnologia e informação.

PGE ESSENCIAL

PGE na mídia: vitórias em prol da saúde da população de SP ganham amplo destaque!

Após a vitória da PGE-SP no STF, que evitou o “confisco” pela União de todo o estoque de seringas e agulhas compradas pelo governo do Estado de SP, o assunto ganhou amplo destaque em vários canais de imprensa, que mencionaram nominalmente a PGE-SP:

- **Blog do Fausto Macedo, de 8/1/2021: Lewandowski vê ‘incúria’ do governo Bolsonaro e impede Pazuello de requisitar seringas e agulhas compradas por Doria** - “(...)A decisão de Lewandowski acolhe um pedido da Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo, que acionou o STF após uma das fornecedoras de seringas e agulhas informar o governo paulista que não poderia entregar os materiais em razão de o Ministério da Saúde ter requisitado que todo estoque da empresa fosse entregue à União até o meio-dia desta sexta, 8 (...)”.

- **Estado de S. Paulo, Opinião, de 9/1/2021: Precisa-se de um ministro da Saúde** - “(...) Ao deferir uma medida cautelar pedida pela Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, determinou que o ministro da Saúde não requisite seringas e agulhas adquiridas pelo governo paulista para sua campanha de vacinação contra a covid-19 (...)”.

Importância do serviço público

A pandemia da COVID-19 evidenciou a desigualdade social do Brasil e os gargalos da administração no atendimento à população. Por outro lado, reforçou a importância de se investir cada vez mais no serviço público do país.

O grande exemplo é o SUS, que, a despeito das dificuldades, tem garantido o acesso gratuito e universal aos serviços de saúde – ao contrário do que ocorre em países desenvolvidos como os EUA.

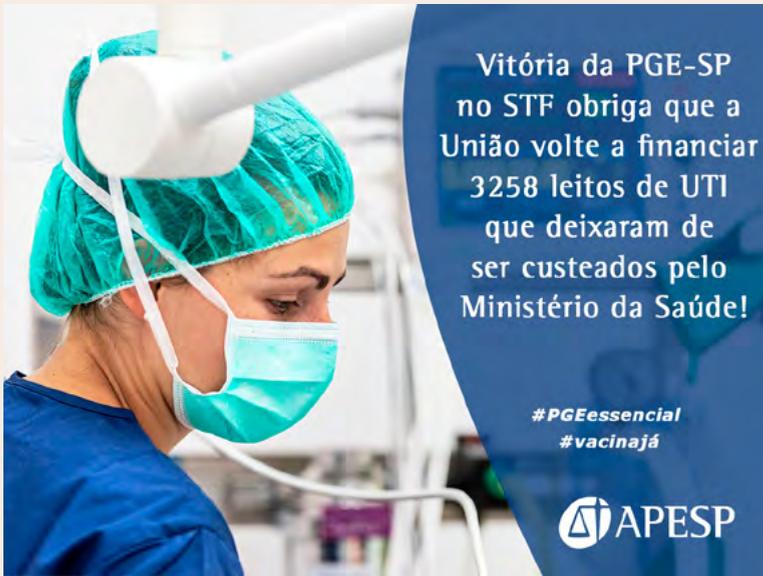
O Instituto Butantan, por sua vez, em parceria com a Sinovac, desenvolveu em tempo recorde uma vacina eficaz e segura, que será o principal inoculante distribuído aos brasileiros.

Na contramão desse cenário, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional uma proposta de reforma administrativa (PEC 32/2020), que, dentre outras medidas, propõe o fim da estabilidade para os novos servidores.

“Trata-se de uma fragilização das carreiras públicas que impactará toda sociedade brasileira. Como poderá um agente público exercer suas atribuições com a autonomia requerida? A ANVISA, por exemplo, deu uma prova cabal da importância da estabilidade no serviço público ao tomar uma decisão estritamente técnica na liberação do uso emergencial das vacinas contra a COVID-19”, registra Fabrizio Pieroni, Presidente da APESP.



- **Estado de S. Paulo, de 9/1/2021: Saúde recua e diz que a requisição de seringas não atinge Estados e municípios** - “(...) A decisão do ministro do Supremo marcou nova vitória para governadores sobre o Palácio do Planalto. Lewandowski atendeu a um pedido da Procuradoria-geral do Estado de São Paulo, que acionou o STF após uma das fornecedoras de seringas e agulhas informar o governo paulista que não poderia entregar os materiais em razão de o Ministério da Saúde ter requisitado que todo estoque da empresa fosse entregue à União até o meio-dia de ontem (...)”.



Vitória da PGE-SP no STF obriga que a União volte a financiar 3258 leitos de UTI que deixaram de ser custeados pelo Ministério da Saúde!

#PGEessencial
#vacinajá



- **Conjur, de 9/1/2021: União não pode tomar insumos para vacina comprados por estado, diz Lewandowski** – “(...) Lewandowski atendeu a ação ajuizada pela Procuradoria do Estado de São Paulo, que contou que a União fez a requisição administrativa de seringas e agulhas que o Estado tinha comprado para executar o Plano Estadual de Imunização (...)”.

A repercussão foi grande também após a decisão da Ministra do STF, Rosa Weber, ter determinado que o Ministério da Saúde mantivesse o custeio de leitos de UTI destinados a pacientes com COVID-19 em São Paulo:

- **Estado de S. Paulo, de 1º/3/2021: STF manda Saúde bancar leitos de UTI em 3 Estados** – “(...) A ministra do STF Rosa Weber determinou ontem que o Ministério da Saúde banque a manutenção de leitos de UTI destinados a pacientes com covid em São Paulo, Maranhão e Bahia. (...) A pedido do governador João Doria (PSDB), a Procuradoria-geral do Estado (PGE) havia ingressado com ação no dia 10 de fevereiro solicitando a manutenção do repasse que deixou de ser feito pelo Ministério da Saúde a partir de 2021 (...)”.

- **Portal Terra, de 28/2/2021: STF determina que Saúde pague por 3.258 leitos de UTI em SP** – “A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber concedeu neste sábado, 27, uma liminar em ação ajuizada pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE-SP) contra o governo federal para a retomada do custeio de 3.258 leitos de UTI destinados a pacientes com covid-19 em São Paulo (...)”.

- **Site da CNN, de 28/2/2021: STF aceita pedido de SP, MA e BA para Saúde pagar UTI de pacientes com Covid-19** – “A Ministra do STF (Supremo Tribunal Federal), Rosa Weber, acolheu um pedido feito pelas Procuradorias dos Estado de São Paulo, do Maranhão e da Bahia para que o Ministério da Saúde volte a financiar leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) destinados a pacientes com Covid-19 (...)”.

HOMENAGEM

Viva o Instituto Butantan: 120 anos de orgulho para São Paulo e o Brasil!

Ao completar seus 120 anos de existência, o Instituto Butantan vive o momento mais importante de sua história: a produção em território nacional da Coronavac, que é a principal vacina contra a COVID-19 aplicada no Brasil – doença que causou a pior crise sanitária do Brasil. Além disso, iniciou os testes para lançamento da Butanvac, outra vacina com ampla participação nacional.

A sua “gênese” ocorreu em 1899, após um surto de peste bubônica, que se propagava a partir do porto de Santos. Para contê-lo, a administração pública estadual criou um laboratório de produção de soro antipestoso, vinculado ao Instituto Bacteriológico (atual Instituto Adolpho Lutz).

Instalado na Fazenda Butantan, na zona Oeste da cidade de São Paulo, esse laboratório foi reconhecido em fevereiro de 1901 como uma instituição autônoma denominada de Instituto Serumtherápico, tendo como seu primeiro diretor o médico Vital Brazil.

Nesses 120 anos, o Butantan tornou-se um destacado centro de pesquisa biomédica, reconhecido em todo o mundo, com especialização na produção de vacinas (COVID-19, meningite, sarampo etc) e soros (antitetânico, antiofídico, antiaracnídico etc).

Viva o Instituto Butantan, de São Paulo, do Brasil e do mundo!



Atuação da APESP em defesa da carreira no âmbito legislativo tem aprovação de 89% dos associados!

Nos meses de fevereiro e março, após o fim do recesso parlamentar, a APESP manteve uma atuação intensa para acompanhar diversas propostas de interesse dos Procuradores dos Estados e do DF em tramitação no Senado Federal e Câmara dos Deputados.

De início, foi possível realizar um corpo-a-corpo com parlamentares e autoridades presencialmente, mas em razão do recrudescimento da pandemia o trabalho continuou por meio de videoconferências.

O trabalho relatado a seguir ganhou reconhecimento dos associados. No recente Diagnóstico PGE-SP (leia mais na página 11), a atuação legislativa da APESP em defesa da carreira teve um índice de 89% de “excelente/ótimo/bom”.

Reforma administrativa

Em 25/3, os Presidentes da APESP, Fabrizio Pieroni, e da ANAPE, Vicente Braga, participaram de uma videoconferência com o Deputado Darci de Matos (PSD-SC), relator da Reforma Administrativa (PEC 32/2020) na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.



Reunião com o relator da Reforma Administrativa na CCJ da Câmara

Como na CCJ o juízo é de admissibilidade constitucional, as entidades priorizaram uma apresentação ao Deputado dos pontos considerados os mais graves em termos de inconstitucionalidade da proposta e que atingem as funções essenciais à justiça, tais como a previsão de dedicação exclusiva e de vínculos de experiência e liderança.

“Para nós, essas duas modalidades de vínculos não são compatíveis com as funções essenciais à Justiça. O relator compreendeu perfeitamente nossas posições, externando, inclusive, as mesmas preocupações”, destaca Pieroni, que também é Diretor de Assuntos Legislativos da ANAPE.

Esta foi a terceira reunião realizada na mesma semana para tratar da Reforma Administrativa: em 19/3, a videoconferência foi com o Deputado Fabio Trad (PSD-MS) e, em 23/3, com a Deputada Soraya Santos (PL/RJ), Presidente da Frente Parlamentar Mista em defesa da Advocacia Pública.



Reunião com o então Ministro da Justiça, André Mendonça, com a presença da Deputada Bia Kicis

Autonomia da Advocacia Pública

Os Presidentes da APESP, Fabrizio Pieroni, e da ANAPE, Vicente Braga, mantiveram, em 22/2, uma audiência com o então Ministro da Justiça, André Mendonça, para tratar de diversos temas de interesse dos Procuradores do Estado.

O principal tema discutido com Mendonça, que é Advogado da União e já exerceu o cargo de AGU, foi a PEC 82/2007, que trata da autonomia da Advocacia Pública e está pronta para votação no plenário da Câmara dos Deputados.

Na ocasião, foi apresentada uma sugestão de texto para uma PEC que concede autonomia funcional aos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal. O Ministro comprometeu-se a analisar a matéria, com o objetivo de trabalhar em favor da Advocacia Pública

Teto Remuneratório

Em 11/2, Pieroni reuniu-se com o Deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR), relator do PL 6726/2016, que trata da regulamentação do teto remuneratório, previsto na Constituição Federal. Na conversa com Bueno, o Presidente da Associação fez diversos apontamentos ao projeto, sugestões de aprimoramento e dúvidas geradas pelo texto. O relator compreendeu os temas discutidos e se comprometeu a estudá-los com sua assessoria técnica.

PEC Emergencial

A PEC emergencial (PEC 186/2019) foi aprovada em 11/3 na Câmara dos Deputados e promulgada em 15/3 (EC nº 109) com gatilhos prejudiciais aos servidores públicos, dentre os quais: vedação de reajuste, a criação de cargos, a contratação de pessoal e a realização de concursos públicos.

“Infelizmente, a PEC Emergencial foi aprovada de forma açodada, sem transparência, sem discussão com a sociedade, na base da chantagem e sob aplausos dos mesmos analistas econômicos que garantiram a prosperidade após a aprovação de outras reformas no passado recente”, destaca Fabrizio Pieroni.

Na tramitação da Câmara, a APESP e a ANAPE atuaram para emular seis emendas de interesse dos servidores públicos protocoladas pelos Deputados Tabata Amaral (PDT-SP), Fabio Trad (PSD-MS) e Tadeu Alencar (PSB-PE).

Em 8/3, Pieroni participou de uma videoconferência, organizada pelo FONACATE, com o Deputado Federal Professor Israel Batista, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, para tratar da PEC e das estratégias para enfrentá-la na Câmara dos Deputados.

Senado Federal

Durante a tramitação da PEC emergencial no Senado Federal, emendas formuladas pela APESP e ANAPE foram apresentadas pelos Senadores Major Olímpio (PSL-SP) – falecido recentemente em razão da COVID-19 – e Veneziano Vital do Rego (MDB/PB), 1º Vice-presidente do Senado, e conseguiram obter as 27 assinaturas necessárias. Com teor semelhante, as emendas visavam suprimir as vedações e suspensões previstas na proposta durante o estado de calamidade e nos dois anos subsequentes. Ocorreram, ainda, reuniões com os Senadores Rodrigo Cunha (PSDB-AL) e Rogério Carvalho (SE), líder do PT e 3º Secretário do Senado.

ALESP: PDL 22/2020

Em 11/2, o Presidente da APESP, Fabrizio Pieroni, acompanhou uma audiência pública sobre o PDL 22/2020, apresentado pelo Deputado Carlos Giannazi (PSOL), com o objetivo de sustar os efeitos do Decreto nº 65.021/2020, que aumentou a base de cálculo das contribuições previdenciárias dos servidores aposentados e pensionistas. “A APESP apoia a proposta, que é justa e visa afastar os efeitos da medida governamental que muito prejudica todos os aposentados e pensionistas”, frisou Pieroni. A proposta ainda está tramitando no âmbito das Comissões.

Homenagem ao Senador Major Olímpio



Senador Major Olímpio, que apresentou emendas formuladas pela APESP e ANAPE, recebeu as entidades no dia 25/2.

A APESP e a ANAPE homenagearam o Senador paulista, Major Olímpio, falecido no último dia 18/3, em razão de complicações da COVID-19.

Policia Militar desde 1978, Olímpio, durante a sua trajetória política como Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador da República, frequentemente esteve ao lado dos servidores públicos e Procuradores dos Estados e do DF em mobilizações contra o desmonte de serviço público.

Destaque-se que uma semana antes de ser diagnosticado com a COVID-19, o Senador recebeu a APESP e a ANAPE em seu Gabinete e apresentou emenda formulada pelas entidades à PEC Emergencial.

Deputado Israel Batista: “na Reforma Administrativa, estão aproveitando, realmente, para passar a boiada”

O Deputado Federal Professor Israel Batista (PV-DF) é um dos principais atores em defesa dos servidores públicos na Câmara dos Deputados. Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil), o parlamentar atuou em conjunto com as entidades representativas para aperfeiçoar a PEC Emergencial (186/2019, convertida na EC nº 109) e tem sido muito atuante na luta para reverter os retrocessos presentes na Reforma Administrativa (PEC 32/2020). A seguir, Batista fala sobre as movimentações que visam precarizar o Estado:

Jornal da APESP – O viés da Reforma Administrativa (PEC 32/2020), nos termos apresentados pelo Governo, é apenas fiscalista ou visa qualificar o serviço público?

Professor Israel – A PEC 32/2020 é, principalmente, fiscalista, pois olha para a administração pública como um elefante branco do qual é possível cortar, cortar e cortar. Em termos de preocupação com qualificação do serviço público, não há nada na PEC. Ela foi elaborada sem escutar a sociedade, os servidores e os especialistas. Por outro lado, a PEC vai mais além de ser somente “fiscalista”. Ela também quer transformar profundamente o serviço público. Porém, transformar para pior, precarizando, aumentando o espaço para o apadrinhamento político, burlando o concurso público através das contratações temporárias e dando superpoderes ao Presidente.

Jornal da APESP – Quanto à proposta, se aprovada, será prejudicial aos servidores públicos?

Professor Israel – Sobre os impactos aos servidores, poderíamos apontar diversas questões: *i)* a inclusão do princípio da subsidiariedade, tornando o poder público complementar ao setor privado na execução de serviços públicos e *ii)* o desmembramento do Regime Jurídico Único em cinco, com a criação do vínculo por experiência e a diferenciação entre cargo com prazo indeterminado e cargo típico de Estado, somente com o último contando com estabilidade. É importante frisar que a PEC retira a estabilidade para todos os servidores que não sejam de cargos típicos de Estado (sem definir quais sejam estes cargos) e até mesmo para estes ela relativiza essa prerrogativa. Mas ela não menciona uma equiparação dos direitos do servidor aos do trabalhador do setor privado. Nada mais justo que, se o servidor perder a estabilidade, ele tenha também estes direitos compatibilizados com o setor privado. Mas a nossa luta será de manter a estabilidade para todos os servidores efetivos.



Deputado Professor Israel Batista (PV-DF) discursa no plenário da Câmara.

Jornal da APESP – A tese de que a PEC 32 atinge apenas os futuros servidores é verdadeira?

Professor Israel – É errado crer que a Reforma Administrativa, através da PEC 32/2020, não afetará os servidores atuais. Por exemplo, a reforma facilita o desligamento do atual servidor, deixando-o totalmente exposto a perseguições. A PEC também atrela uma avaliação de desempenho, que pode resultar em sua demissão caso o servidor tenha performance insuficiente, a uma lei ordinária (e não lei complementar como é previsto atualmente), que é mais facilmente modificada. A estabilidade, então, fica muito fragilizada, inclusive para o servidor atual. Além disso, cargos de liderança e assessoramento passam a poder ser ocupados 100% por pessoas de fora do serviço público, abrindo-se um espaço muito grande para o apadrinhamento no serviço público e a corrupção. Uma outra questão é que os sistemas de previdência públicos brasileiros funcionam no sistema de solidariedade intergeracional, ou seja, o servidor hoje ativo é fundamental para o pagamento dos benefícios dos servidores inativos. Porém, os vínculos novos que são criados pela PEC passam a contribuir para o Regime Geral da Previdência Social, impactando profundamente o Regime Próprio. Assim, alíquotas extraordinárias estão previstas para aumentar a base de contribuição dos servidores inativos.

“A PEC 32/2020 é, principalmente, fiscalista, pois olha para a administração pública como um elefante branco do qual é possível cortar, cortar e cortar”

Jornal da APESP – Como a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil) pretende barrar os retrocessos do texto?

Professor Israel – A PEC 32 passará pela CCJ, sob a relatoria do deputado Darci de Matos (PSD-SC), onde acredito que não deverá encontrar dificuldades. Mas a proposta terá de ser discutida também na Comissão Especial. O presidente Arthur Lira (PP-AL) já definiu inclusive o Presidente da comissão, Deputado Fernando Monteiro (PP-PE), que indicou como relator da matéria o parlamentar Arthur Maia (DEM-BA).

No entanto, temos membros da Frente na CCJ que estão atuando fortemente para mostrar com a PEC é inconstitucional, e atuaremos também fortemente na comissão especial. Acredito que o debate será intenso e que alterações serão feitas. Estamos lutando para que a Frente Servir Brasil, da qual eu sou Presidente, tenha representatividade garantida na comissão. Já temos emendas importantes para propor e, se depender de nós, muita coisa vai mudar.

Jornal da APESP – Em sua avaliação, com as restrições em razão da pandemia, é possível debater a reforma administrativa de forma adequada com a sociedade?

Professor Israel – Certamente, não. Este é um assunto muito importante para a sociedade brasileira e seria fundamental que ele fosse discutido com tempo e com participação social. A pandemia nos impõe uma série de restrições de mobilização e de encontros. Nem ao menos audiências públicas presenciais teremos. Agora, deveríamos estar votando somente matérias urgentes sobre a pandemia e não reformas estruturais que, na verdade, enfraquecem nossa capacidade de resposta a essa emergência sanitária. Além disso, estamos em uma grande crise econômica, com grande parte da sociedade brasileira preocupada em simplesmente sobreviver. Estão aproveitando, realmente, para passar a boiada.

Jornal da APESP – Nos próximos anos, qual o impacto da PEC Emergencial para o serviço público e a sociedade?

Professor Israel – Os impactos da aprovação da PEC emergencial (PEC 186/2019) serão muitos. Como por exemplo: *i*) diversos fundos públicos que eram direcionados a políticas públicas passarão a ser usados para o pagamento da dívida pública; *ii*) mudança na forma de cálculo da Lei de Responsabilidade Fiscal, colocando diversos Estados e Municípios no limite da Lei e, portanto, enfrentando uma série de restrições e *iii*) definição de que sob estado de calamidade pública nacional serão flexibilizadas as regras fiscais, com disparo de gatilhos, prejudicando em especial os servidores.

Jornal da APESP – Quais são estes gatilhos?

Professor Israel – A nova redação do artigo 109 ADCT afirma que se for verificada na aprovação da lei orçamentária uma proporção da despesa obrigatória primária em relação à despesa primária total superior a 95%, aplicam-se ao respectivo Poder ou órgão, até o final do exercício a que se refere a lei orçamentária, uma série de vedações que afetam os servidores. Na prática, o novo mecanismo “adianta” os gatilhos do chamado “teto de gastos” e pode deixar os servidores sem reajuste até 2036. Por sua vez, o novo art. 167-A propõe que, caso a relação entre despesas correntes e receitas correntes supere 95% no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios, seja facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente aplicar diversos “mecanismos de ajuste fiscal”, que consistem em vedações aos servidores e vedação a concursos públicos (exceto em casos de vacância). Além disso, o período em que vigorar essa “situação fiscal” não será considerado para a concessão de futuras progressões ou promoções funcionais.

BENEFÍCIOS

Plano de Saúde da APESP é um sucesso; adesões ultrapassam 450 vidas!

No dia 7 de abril, coincidentemente o Dia Mundial da Saúde, a APESP lançou o **PLANO DE SAÚDE DA APESP** – um serviço exclusivo para os seus associados operacionalizado pela Seguros Unimed. A iniciativa já é um sucesso, com adesão de 450 vidas até o fechamento desta edição.

“Estamos tornando em realidade o sonho de muitos anos de nossos associados. Negociamos por um ano condições especiais para as Procuradoras, Procuradores e familiares para oferecer com exclusividade um dos melhores planos de saúde do Brasil com um preço extremamente competitivo”, comemora Fabrizio Pieroni, Presidente da APESP.

Para a Diretora de Previdência e Convênios da APESP, Patricia Werner, apesar desse difícil momento em que estamos vivendo, de emergência sanitária, foi possível fechar um acordo muito especial. “Negociamos cada detalhe do plano. Em primeiro lugar, a transparência da gestão com foco no monitoramento da sinistralidade e dos índices de reajuste. Em segundo, o controle. Ou seja, o plano será administrado diretamente pela APESP com a seguradora. Em terceiro, a qualidade. Procuramos uma das melhores operadoras do país segundo a cotação da ANS: a Seguros Unimed”, explica.



PLANO DE SAÚDE DA APESP

SEGUROS Unimed

Plano Exclusivo da APESP (direto com a Associação)

SEM CARÊNCIA (exceto CPT*)

COBERTURA EM TODO O PAÍS

SEM TAXA DE INSCRIÇÃO

Maior rede credenciada do país

- 116 mil médicos cooperados
- 2.372 hospitais credenciados
- 126 hospitais próprios

(*) Cobertura Parcial Temporária

Cintia – APESP Convênios WhatsApp: 11 9 4995.0692
Email: convenios@apesp.org.br Telefone fixo: 11 3293.0800

Considerada como uma das melhores seguradoras do país, a Seguros Unimed possui uma ampla capilaridade, com 116 mil médicos, 2372 hospitais credenciados e 126 próprios. Além disso liderou, em 2020, o *ranking* ao atingir os índices de desempenho da saúde suplementar (IDSS), na frente da Bradesco Seguros.

REEMBOLSO

Todas as categorias de planos oferecidas contemplam reembolsos para os procedimentos médicos (consultas, exames, internações e honorários médicos), conforme tabela da Seguros Unimed.

DESCONTOS FARMÁCIA

O PLANO DE SAÚDE DA APESP oferece descontos exclusivos nas Rede Drogaria São Paulo, Rede RaiaDrogasil, Farmácias Unimed e Drogarias Pacheco.

Não perca a oportunidade de usufruir das vantagens exclusivas do novo plano:

- Contratação direta com a APESP;
- Transparência dos dados e monitoramento pela APESP, sem intermediários;

- Sem carência (exceto CPT);
- Cobertura em todo o país;
- Sem taxa de inscrição;
- Possibilidade de incluir filhos de até 39 anos como dependentes;
- Direito à remissão no caso de falecimento do titular;
- Reajuste pelo índice da ANS;
- Controle da taxa de sinistralidade pela APESP em prol do associado.

Para aderir, basta enviar para o e-mail convenios@apesp.org.br ou *whatsapp* (11-94995-0692) uma mensagem manifestando seu interesse que nossos funcionários entrarão em contato. Porém, a efetivação do plano dependerá da adesão de um mínimo de 500 vidas até o próximo dia 14/5. A vigência do plano de saúde inicia-se em 1º/6/2021.

**Cobertura Parcial Temporária: restrição na cobertura do plano, que pode ser imputada pela operadora no caso de doença ou lesão preexistente.*

PESQUISA

Em iniciativa pioneira, a APESP realiza o primeiro Diagnóstico PGE-SP

A APESP realizou entre os dias 1º e 21/3 o primeiro “Diagnóstico PGE-SP”*, com o objetivo de traçar um mapeamento da carreira de Procurador do Estado de São Paulo. Os questionários trataram do perfil demográfico, da formação acadêmica e da relação que os associados têm com a PGE-SP e com a própria entidade de classe. Foram 640 respostas de um total de 1444 associados aptos (44,3%).

“O conhecimento da realidade é um importante instrumento para implementar as mudanças necessárias para o crescimento da Instituição. Sem saber as reais condições de trabalho, principais queixas, opiniões e sugestões, não é possível tomar medidas práticas para a mudança de direção”, afirma o Presidente da APESP, Fabrizio Pieroni.

“O Diagnóstico foi importante também para avaliar a relação da APESP com seus associados. Todos os questionamentos ajudarão muito no aperfeiçoamento na prestação de serviços e na defesa dos interesses da nossa carreira”, destaca Marialice Gonçalves, Diretora de Comunicação da APESP.

“Pílulas de aperitivo”

A seguir alguns excertos do Diagnóstico PGE-SP, que será publicado em breve:

“A naturalidade dos Procuradores do Estado de São Paulo é predominantemente paulista (501), seguida da fluminense (29) e mineira (26). Em termos de regiões, os integrantes da carreira são 563 da região Sudeste, 34 da Nordeste, 23 da Sul e 11 da Centro-oeste”.

“A carreira de Procurador do Estado apresenta uma formação acadêmica muito qualificada. Dos que responderam à pesquisa, 277 (43%) já possuem especialização, 121 (19%) mestrado, 30 doutorado (5%) e 9 (1%) pós-doutorado. Ademais, atualmente 34 estão cursando especializações, 15 mestrados, 10 doutorados, 4 pós-doutorados e 9 bacharelados”.

“Com relação ao bacharelado em Direito, 139 formaram-se na USP, 127 na PUC-SP e 46 no Mackenzie. Fora do Estado de SP, o destaque é a UERJ, com 12 bacharéis em Direito que ingressaram na PGE-SP”.

“Com relação à etnia, os entrevistados se declararam 87% (557) da etnia branca, 6% (37) da etnia parda, 3% (20) da etnia amarela e 0,3% (2) da etnia negra. Esse dado é um dos mais significativos do Diagnóstico por mostrar que, na questão racial, a PGE-SP é uma instituição profundamente desigual”.

“As cinco (5) principais medidas mais importantes para melhoria na qualidade na PGE-SP apontadas foram: i) existência de uma carreira de apoio (298 votos); ii) nomeação de novos Procuradores (119 votos); iii) possibilidade de exercício do teletrabalho (97 votos); iv) recursos tecnológicos (92 votos) e v) aumento salarial (89 votos)”.



* Esclarecemos que a resposta do questionário foi opcional e que os dados serão preservados estritamente para fins de melhoria nas reivindicações e prestação de serviços pela APESP, respeitando-se a Lei Geral de Proteção de Dados.

Campanha APESP Solidária foca no combate à fome em 2021. Faça já sua doação!

A campanha APESP Solidária iniciou uma nova etapa de arrecadação, com o objetivo de contribuir no combate à fome que tem assolado a população da periferia e as pessoas em situação de rua nesse momento mais grave da pandemia da COVID-19 no Estado de São Paulo.

As entidades beneficiadas serão o Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras) e a União SP – entidades estruturadas e com amplo alcance na capital paulista e em todo Estado de São Paulo. Até o fechamento desta edição, cerca de R\$ 35 mil já foram doados.

“Além de continuarmos ajudando a população de rua, com a contribuição ao SEFRAS, nosso foco é possibilitar também a doação de cestas básicas diretamente para as comunidades, sem que seja preciso que se desloquem para o centro”, destaca Rosely Sucena Pastore, Diretora Social e Cultural da APESP.



União SP

A União SP é uma iniciativa de diversos grupos da sociedade civil para impedir uma crise humanitária em consequência do coronavírus no Estado de São Paulo, captando recursos e adquirindo produtos de acordo com a demanda do momento da pandemia. Em 2020, a entidade doou cerca de 620 mil cestas básicas para a população da periferia. Maiores informações no site <https://www.uniaosp.org>.



Sefras

Parceiro da APESP desde o início da campanha, o Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras) lançou em 2021 uma ação chamada de “Pandemia da Fome”, que chega a atender 6 mil pessoas por dia para distribuição de “quentinhas”. Maiores informações no site <http://www.sefras.org.br>.



FAÇA UMA DOAÇÃO AGORA MESMO!

A sua contribuição é fundamental neste momento!
PIX: apesp@apesp.org.br

As contas bancárias da APESP (CNPJ: 62.654.124/0001-48) para as transferências são:

- Banco do Brasil: agência 4305-2 / conta corrente 399-9.
- Banco Santander: agência 0001 / conta corrente 13-030648-4.